



Caro Leitor,
Chega até si a última edição do InfoARAP de 2016.
Saiba como decorreu a ação de formação sobre contratação pública que encerrou o ano;
Conheça o relatório analítico da CRC;
Acompanhe a implementação das atividades do Projeto de Reforço Institucional da ARAP financiado pela EU;
Informe sobre o Protocolo de Cooperação rubricado pela ARAP;
Fique por dentro da organização do II Congresso Internacional de Compras Públicas;
E saiba quais são as aspirações da ARAP para o evento, numa entrevista com a PCA ;
A todos votos de um Feliz Ano!
Uma boa leitura!

Índice

II Congresso de Compras Públicas	2 – 11
Governantes defendem mais transparência	5
Institucionalizar o Congresso	12-13
Contratação Pública de CV no Relatório do BM	15
Delegação do ARMDS do Mali visita ARAP	15
Relatório Analítico CRC	18
Capacitação fecha o ano 2016	19


08.30H - 11.15H Sessão de Abertura

- SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE PORTUGAL
- MINISTRO DAS FINANÇAS DE CABO VERDE
- GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE LUANDA
- MINISTRO DAS FINANÇAS DE ANGOLA
- VICE PRESIDENTE DA REPUBLICA DE ANGOLA

11.30H - 12.30H
1.ª PARTE
A. PAINEL I - A CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA CPLP: PROBLEMAS E DESAFIOS

MODERADOR: REPRESENTANTE DA CPLP

- 1- DR.ª ROSÁRIA DIAS DOS SANTOS FILIPE
Representante de Angola - Directora Geral do Serviço Nacional da Contratação Pública
- 2- DR.ª CARLA SOARES DE SOUSA
Representante de Cabo Verde (ARAP)
Presidente do Conselho de Administração da ARAP
- 3- DR.ª ALBERTINA FRUQUJA
Representante de Moçambique
Directora da Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições - (UFSA - DNPE)

14.00H - 15.15H
2.ª PARTE

MODERADOR: REPRESENTANTE DA CPLP

- 1- GUILHERME DE OLIVEIRA
Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal

2- MESTRE FERNANDO SILVA

Representante de Portugal - Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção

3- DR.ª DAGMAR DUTRA

Representante do Brasil - Subsecretária da secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais

15.30H - 17.00H
B. PAINEL II - A CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL

MODERADOR: MESTRE MÁRCIA NIGIOLELA

Decana da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola

1- PROFESSOR DOUTOR MANUEL NUNES JÚNIOR
Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto

2- DR. JOÃO AMARAL E ALMEIDA
Docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Advogado (Sêrvulo)

3- DR. LINO TORRAL

Docente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Advogado


08.30H - 11.00H
C. PAINEL III - A COMPRA PÚBLICA SUSTENTÁVEL: RECURSOS PÚBLICOS, DESPESA PÚBLICA E CONTROLO DA EFICIÊNCIA NAS COMPRAS PÚBLICAS

MODERADOR: DR. JOÃO TAVARES
Administrador da ARAP

- 1- DR. GILBERTO MAGALHÃES
Magistrado do Tribunal de Contas da República de Angola
- 2- PROF. DR. NUNO CUNHA RODRIGUES
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 3- PROF. DR. JOAQUIM FREITAS DA ROCHA
Escola de Direito da Universidade do Minho
- 4- DR. JEAN MATTOS DUARTE
Assessor da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - Brasil
- 5- MESTRE CRISTINA PEREIRA
Auditora
- 6- MARCÍLIO BARENCO MELLO
Procurador do MP de Contas do Estado de Minas Gerais - Brasil

11.15H - 12.30H
D. PAINEL IV - A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: A PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA E A REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS HORIZONTAIS

MODERADOR: MESTRE OSVALDO DA GAMA AFONSO
Docente da Universidade Católica de Luanda

- 1- PROF. DR. DOMINGOS SOARES FARINHO
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado (Vieira de Almeida e Associados)
- 2- PROF. DR. CARLOS TEIXEIRA
Docente da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
- 3- PROF.ª DR.ª ISABEL CELESTE M. FONSECA
Escola de Direito da Universidade do Minho

14.00H - 15.15H
E. PAINEL V - A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS E (NÃO) ADJUDICAÇÃO

MODERADOR: DR. MOREIRA LOPES
Docente da Universidade Católica de Luanda

- 1- MARCO CALDEIRA
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado (Vieira de Almeida e Associados)
- 2- BERNARDO ALMEIDA AZEVEDO
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Advogado (Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados)
- 3- SÓNIA GUILHERME
Arquiteta - Banco Mundial em Angola

15.30H - 17.00H
F. PAINEL VI - PROCEDIMENTOS DE ADJUDICAÇÃO: DESAFIOS E INOVAÇÕES - A CONTRATAÇÃO ELECTRÓNICA

MODERADOR: ENG. MANUEL HOMEM
Director Geral do Centro Nacional das Tecnologias da Informação (CNTI) - Angola

- 1- PROF. DR. MIGUEL ASSIS RAIMUNDO
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 2- MESTRE SUSANA GONÇALVES
Consultora
- 3- DR.ª VIRGÍNIA BRACARENSE LOPES
Directora da Central de Compras - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Brasil
- 4- DR. MANUEL FREIRE
Director Geral Adjunto do Instituto de Formação de Finanças Públicas

**08.30H - 10.15H****G. PAINEL VII - O CONTENCIOSO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DA RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS E TRIBUNAIS**

MODERADOR: PROF.ª DR.ª ISABEL FONSECA
Escola de Direito da Universidade do Minho

- 1 - **PROF. DR. SIMONE TORRICELLI**
Departamento de Direito da Universidade de Florença
- 2 - **PROF.ª DR.ª ELISA RANGEL NUNES**
Docente da faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
- 3 - **DR. NUNO ALBUQUERQUE**
Director do CAAL - Centro Angolano de Arbitragem de Litígios
Advogado (N-Advogados-Nuno Albuquerque, Deolinda Ribas, Soc. Advogados, RL)
- 4 - **DR.ª ANA CELESTE CARVALHO**
Juiz - TCA Sul, Docente CEJ

14.00H - 15.15H**I. PAINEL IX - A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: INCUMPRIMENTO, ALTERAÇÕES OBJECTIVAS E SUBCONTRATAÇÃO**

MODERADOR: DR.ª EUGÉNIA MOURA
Directora do Núcleo de Estudos de Direito *ius Publicum*

- 1 - **PROF. DR. LICÍNIO LOPES MARTINS**
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 2 - **DR. JOSÉ PAULO VIEIRA DUQUE**
Advogado, Vieira Duque Advogados
- 3 - **ENG. DANIEL QUINTÁ**
Consultor do Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas
- 4 - **PROF.ª DR.ª ANA GOUVEIA MARTINS**
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 5 - **DR. MARIO JORGE MENEZES**
Advogado Cabo Verde

10.30H - 12.30H**H. PAINEL VIII - EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS: PROBLEMAS ESPECÍFICOS DA FORMAÇÃO DO CONTRATO**

MODERADOR: DR. ANDRÉ LUÍS BRANDÃO
Alto Funcionário do Estado Angolano

- 1 - **DR. MÁRCIO DANIEL**
Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola
- 2 - **DR. MARCELO BRUTO**
Diretoria Geral, da Agência Nacional de Transportes Terrestres Brasil
- 3 - **PROF. DR. PEDRO FERNÁNDEZ SANCHEZ**
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado (Sêrvulo)

15.30H - 17.00H**J. PAINEL X - O REGIME DAS CONCESSÕES: FORMAÇÃO DO CONTRATO, PODERES DO CONCEDENTE DIREITOS E DEVERES DO CONCESSIONÁRIO**

MODERADOR: DR.ª LAURINDA PRAZERES
Directora do Gabinete Jurídico do Ministério da Administração do Território da República de Angola

- 1 - **PROF. DR. LOURENÇO VILHENA DE FREITAS**
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado (Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, RL)
- 2 - **DR. MARK KIRKBY**
Advogado (Sêrvulo)
- 3 - **PROF. DR. CARLOS MARIA FEIJÓ**
Docente da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
- 4 - **PROF. DR. JOÃO PACHECO AMORIM**
Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Advogado, PA Advogados

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
Ministro das Finanças da República de Angola



PCA ARAP-Carla Soares de Sousa; Ministro da Finanças de Angola-Archer Mangureira; Diretora do SNCP Angola-Rosária Felipe; Administrador ARAP-João Tavares; Presidente da Comissão Científica do Congresso-Isabel da Fonseca

II Congresso de Compras Públicas acontece em Angola



Sob o lema “Para um Crescimento da Economia Assente na Contratação Pública Sustentável, Inteligente e Inovadora” o Serviço Nacional de Contratação Pública de Angola (SNCP) realizou, em parceria com a Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde (ARAP), o II Congresso Internacional de Compras Públicas, que teve lugar no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, nos dias 16, 17 e 18 de Novembro de 2016.

O Congresso de Compras Públicas, é um projeto da ARAP, integrado na estratégia de comunicação e divulgação, que foi possível materializar em Novembro de 2014 com a realização da I edição organizado em Cabo Verde, numa parceria com a Universidade de Cabo Verde e a Universidade do Minho de Portugal. Nesta edição, ficou lançado o grande desafio de institucionalizar e internacionalizar o evento bienalmente a nível da CPLP.

Em Julho de 2015, foram publicadas em Cabo Verde as Atas do I Congresso, e durante o evento foi assinado o Protocolo de Cooperação com o Serviço Nacional de Contratação Pública de Angola (SNCP), tendo como um dos projetos a realização da II edição do Congresso.

Dois anos depois do I Congresso, realiza-se em Luanda o II Congresso Internacional de Compras Públicas, que contou com a participação de especialistas em matéria de Contratação Pública oriundos das mais prestigiadas Universidades da Lusofonia e Itália, altos funcionários da administração pública angolana e responsáveis pela execução da despesa dos Ministérios e dos Governos Provinciais, responsáveis de Institutos Públicos e de Empresas Públicas, Advogados e comunidade académica.

Na abertura do evento estiveram presentes o Ministro das Finanças de Cabo Verde, o Ministro das Finanças de Angola, o Secretário de Estado das Infra-estruturas de Portugal, o Governador de Luanda e o Vice-Presidente de Angola que presidiu a abertura do Congresso.



Governantes defendem mais transparência



Ministro das Finanças de Cabo Verde-Olavo Correia; Governador de Luanda-Higino Carneiro; Vice –presidente de Angola-Manuel Domingos Vicente; Ministro das Finanças de Angola-Archer Mangureira; Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal-Guilherme de Oliveira

Num momento em que a crise assola vários países, a transparência e a boa gestão do dinheiro público tem sido debatido um pouco por todo o lado. Preocupação que é igualmente assumida pelos representantes de governos dos países organizadores do II Congresso de Compras Públicas, (Angola e Cabo Verde) que foram incisivos na questão da gestão eficiente do dinheiro público.

Na ocasião do seu discurso, o Ministro das Finanças de Cabo Verde, Olavo Correia, enfatizou a importância de se ter um sistema de contratação pública que permita uma maior transparência e eficácia, sublinhando que, o momento atual obriga a que as autoridades garantam bons resultados a nível da governação mas, sobretudo, que se deva garantir a transparência absoluta na gestão da coisa pública.

Por seu turno, o titular da pasta das finanças angolana, Archer Mangureira, no ato de encerramento, congratulou o evento afirmando que, os resultados foram positivos mas que há alguns desafios a ultrapassar como a contratação pública eletrónica, a contratação ecológica, a promoção de melhores critérios adjudicatórios, a capacitação das entidades públicas contratantes, a promoção de um mercado robusto, bem como a legalidade e probidade na contratação pública. O governante frisou ainda que se Angola conseguir procedimentos que promovam um ganho de eficiência financeira de pelo menos 1% do valor orçamentado para 2017, Angola conseguirá poupar quase 115 milhões de dólares.

Manuel Domingos Vicente, Vice-presidente angolano, considerou oportuno o momento da realização do evento, chamando atenção para a necessidade de combater os atos de gestão danosa ao erário público. “Devemos incidir as nossas atenções na planificação das aquisições, isto é, na organização, execução e fiscalização dos processos de aquisição levados a cabo pelas entidades públicas contratantes, visando a melhoria dos atos de gestão do erário público”, sublinhou aquele governante.

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel I – 1ª parte: Albertina Fruquia-UFSA Mocambique; Carla Soares de Sousa-ARAP Cabo Verde; José Baptista-Repr. CPLP(moderador) ; Rosária Filipe-SNCP Angola

A Contratação Pública na CPLP: Problemas e Desafios foi o tema do **Painel I** que deu mote ao primeiro dia do Congresso e foi dividido em duas partes. Na primeira parte, constituída por representantes das entidades promotoras do evento (Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde-ARAP e Serviço Nacional de Contratação Pública de Angola-SNCP) e também pela Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições de Moçambique-

UFSA, foi marcada pela apresentação das entidades que constituíram o painel e os problemas e desafios que enfrentam. O SNCP, enquanto organismo da Administração Pública, tutelado pelo Ministério das Finanças, responsável pela regulação e supervisão da contratação pública, e que auxilia o Executivo em matérias de definição e implementação de políticas e práticas inerentes à contratação pública angolana, tem o grande desafio de implementar a nova Lei de Contratos Públicos e aponta à necessidade de reforço do seu poder de regulação. A ARAP, enquanto entidade reguladora administrativa independente para além do desafio de implementação do Sistema Nacional da Contratação Pública de Cabo Verde, e de assegurar a capacitação de todos os intervenientes do Sistema, contextualizou historicamente e juridicamente o seu percurso. A UFSA apresentou o processo de Contratação Pública de Moçambique e o panorama legal da instituição e o desafio da promoção de processos concorrenciais.

Na segunda parte do painel, representantes do Brasil e de Portugal fizeram a uma abordagem política da contratação pública a nível da EU e Portugal, e o modelo de governação dos contratos públicos em Portugal, bem como a linha histórica da legislação brasileira sobre a matéria, seus aspetos essenciais e desafios inerentes.

As preocupações e problemas comuns identificados no primeiro painel prendem-se com algumas lacunas, nomeadamente a capacitação técnica, a dificuldade na escolha e na condução dos procedimentos, o uso excessivo de procedimentos não concorrenciais, deficiente avaliação e negociação de propostas, bem como ameaças de corrupção ao sistema de contratação pública. A capacitação e o reforço das instituições constituem necessidades imperiosas para o crescimento e consolidação desses sistemas



Painel I 2ª parte: Fernando Silva-Presidente do IMPIC; Guilherme Oliveira-Secretário de Est. das infra-estruturas de Portugal; José Baptista-Repr. CPLP (moderador) Dagmar Dutra-Subsecretária de Planej. Gestão de Minas Gerais-Brasil

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel II : João Amaral e Almeida (PT); Maria Tereza Fonseca Dias (BR); Márcia Nigiolela (AO) (moderadora); Lino Torgal (PT).

No **Painel II**, composto por palestrantes de Portugal e Brasil, a reflexão foi feita em torno do tema A contratação Pública e o Crescimento da Economia Global, tendo sido abordado o conceito de contratação pública em países da CPLP, e apontado razões para se ter um regime específico para contratação pública. Falou-se igualmente da igualdade e da promoção da concorrência na contratação pública, dos critérios para escolha dos procedimentos, e que não se deve confundir a escolha dos procedimentos com o objetivo da compra. Foram apontados ainda neste painel al-

guns problemas relacionados aos contratos de empreitadas e das concessões. Foram abordados fatores que apelam à dinamização dos modelos concessórios em Angola. Apontaram que a principal dificuldade está no planeamento da contratação, com a identificação da necessidade e da solução capaz de satisfazer a necessidade, bem como nos custos associados e que os principais interessados no processo devem ser ouvidos.

Painel III, com o tema A Compra Pública Sustentável: Recursos Públicos, Despesa Pública e Controlo da Eficiência nas Compras, iniciou o segundo dia do congresso. No painel constituído por oradores de Angola, Brasil e Portugal foi analisado o percurso histórico das compras públicas sustentáveis, a necessidade de critério de execução orçamental tendo em conta a escassez dos recursos e da importância da fiscalização prévia e sucessiva. Foi debatida igualmente a promoção da participação das micro e pequenas empresas, tendo sido sugerido a divisão das aquisições em lotes para possibilitar a participação das mesmas. Apontaram ainda o efeito multiplicador da despesa pública e a proteção do meio ambiente. Na questão operacional falou-se da gestão da cadeia de suprimentos do setor público, recomendado a adoção de estratégia para compras públicas e desenvolvimento bem como o equilíbrio entre eficiência e economicidade e compras como política pública.

Indicaram a tríade publicidade, transparência e o acesso a informação como sendo indispensável. E a necessidade de uma visão holística do controle da gestão pública, abarcando a receita/despesa, relacionando a compra pública com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.



Painel III: Cristina Pereira (PT); Jean Mattos Duarte (BR); Gilberto Magalhães (AO); João Tavares (CV)(moderador); Nuno Rodrigues(PT); Marcílio Mello (BR).

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel IV: Domingos Farinho (PT); Carlos Teixeira (AO) Osvaldo Afonso (AO) (moderador); Isabel da Fonseca (PT)

Painel IV reuniu palestrantes de Angola e Portugal e o debate foi em torno da Formação dos Contratos Públicos: A Promoção da Concorrência e a Realização de Políticas Horizontais. Fez-se uma análise comparativa dos Códigos Angolano e Português no que tange a parte substantiva, bem como apreciaram os conceitos de contratos públicos diferenciando este do contrato administrativo na lei angolana. Apresentaram alguns desafios da contratação pública como a formação, consciência ética e in-

formação, da necessidade de profissionalização desta área na administração pública assim como no privado. Sublinharam ainda que, não deve se afastar o critério de adjudicação de preço mais baixo mas que é preciso o cuidado na elaboração das peças processuais, quando este critério é adotado.

No **painel V**, o tema A Formação dos Contratos Públicos: Avaliação de Propostas e (Não) Adjudicação, foi amplamente tratado pelos oradores angolanos e portugueses, com incidência na questão do médio e longo prazo na contratação pública, apontando que as análises das propostas e a avaliação devem ser feitas a pensar neste âmbito. Outro ponto abordado teve a ver com a gestão racional e eficiente dos recursos públicos, o direito a adjudicação e indemnização em caso de não adjudicação. A nível procedimental foram apresentadas as etapas do procedimento do Banco Mundial e uma breve comparação com os procedimentos da União Europeia.



Painel V: Marco Caldeira (PT); Bernardo Almeida Azevedo (PT); Moreira Lopes (AO) (moderador); Sónia Guilherme (AO)

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel VI: Miguel Assis Raimundo (PT); Susana Gonçalves (PT); Manuel Homem (AO) (moderador); Virginia Lopes (BR); Manuel Freire (AO).

Procedimentos de Adjudicação: Desafios e Inovações: A E-Contratação. foi o tema do **Painel VI** formado por oradores de Angola, Brasil e Portugal. Ao debruçarem sobre a contratação pública eletrónica no panorama do E-Gov, relevaram algumas questões que devem ser bem equacionadas como o custo, a segurança dos dados, a gestão das plataformas, a segurança electrónica, o acesso aos operadores económicos, entre outros. Em

alguns casos, como em Portugal, chamaram atenção para a necessidade de ser revista o modelo no que respeita aos custos que acarreta para os fornecedores. Entretanto, algumas experiências têm tido ganhos significativos como é o caso do modelo funcional da central de compras do Brasil, com a implementação de alguns projetos nomeadamente o agenciamento e a compra de passagens, de telefonia móvel e imagens orbitais.

O **Painel VII** abriu o terceiro e último dia do Congresso, tendo os palestrantes de Angola e Portugal e Itália abordado o tema O Contencioso da Contratação Pública: Da Resolução Alternativa de Litígios e Tribunais. Neste âmbito apontaram a criação de meios alternativos de resolução de litígios que podem existir conjuntamente com os tribunais. Foi apresentada uma análise comparativa sobre as formas alternativas de resolução de conflitos e a necessidade de acompanhar a evolução da contratação pública e dos meios “adequados” de resolução conflitos, como a mediação e arbitragem e o recurso a uso das tecnologias de informação e comunicação. Chamaram ainda a atenção para a criação de estruturas adequadas para aplicação das leis existentes e, no caso angolano, apesar de ser pouco usado, foi salientando que os meios de resolução alternativa de litígios estão previstos na própria constituição.



Painel VII: Ana Celeste Carvalho (PT); Nuno Albuquerque (PT); Elisa Rangel Nunes (AO); Isabel da Fonseca (PT) (moderadora); Simone Torricelli (IT).

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel VIII: Pedro Fernández Sánchez (PT); Marcilio Mello (BR) (moderador) Marcelo Bruto (BR); Márcio Daniel (AO).

Empreitadas de Obras Públicas: Problemas Específicos da Formação do Contrato foi o tema do **Painel VIII**, tendo os integrantes de Angola, Brasil e Portugal, apontados alguns problemas da formação de contratos de empreitadas, nomeadamente os que surgem da concessão-construção e a questão da responsabilidade das partes envolvidas. Foi feita uma comparação entre a gestão de empreitada no Brasil e em Portugal, no nível de incerteza nos contratos de empreitadas e a necessidade

de controlo para minimização do risco. Frisaram ainda a supremacia da Administração Pública e a consensualidade, a problematização de erros e omissões do projeto na Lei, bem como a responsabilidade e o equilíbrio financeiro que se deve prever neste tipo de contratos.

No **Painel IX**, os congressistas de Angola, Cabo Verde e Portugal partilharam as suas experiências com base nos respetivos ordenamentos jurídicos, quanto à Execução dos Contratos de Empreitadas de Obras Públicas: Incumprimento, Alterações Objetivas e Subcontratação. Falou-se sobre a modificação dos contratos no que diz respeito aos trabalhos a mais, fazendo uma análise histórica do surgimento da modificação dos contratos. Apontaram a necessidade de se ter um projeto completo e rigoroso, bem como os locais para execução da obra disponíveis ou programação segura, planos detalhados com montagem financeira e cabimento orçamental assegurados e um controle permanente. Deu-se a conhecer o Instituto Regulador de Construção Civil e Obras Públicas de Angola, os critérios da classificação das empresas, os cadernos de encargos e a revisão de preços e ainda comparado com o regime angolano e português em termos de contencioso a nível das empreitadas .



Painel IX: Daniel Quintã (AO); José Duque (PT); Eugenia Moura (PT) (moderadora); Ana Martins (PT); Mário Menezes (CV).

II Congresso Internacional de Compras Públicas



Painel X: João Pacheco de Amorim (PT); Carlos Feijó (AO); Laurinda Prazeres (AO) (moderadora); Mark Kirkby (PT); Lourenço Vilhena de Freitas (PT).

Painel X, com o tema O Regime das Concessões: Formação do Contrato, Poderes do Concedente, Direitos e Deveres do Concessionário, e oradores de Angola e Portugal, fechou o debate programado para o II Congresso. Foi feita uma comparação entre a legislação angolana e portuguesa, e um histórico das concessões diferenciando concessões da atribuição e de colaboração. Analisaram igualmente as tendências atuais no domínio das concessões,

questionando o conceito de concessão que não está muito claro na legislação angolana, o fato da fraca existência de contratos de concessão ao longo da história angolana e de parcerias público-privadas apesar da legislação existente. Abordaram a questão do risco associado a este tipo de contrato e o princípio da culpa e do equilíbrio económico-financeiro.

Em síntese, estas foram as abordagens feitas durante os três dias de trabalho, distribuídos em dez painéis, por congressistas de cinco países, sobre uma matéria comum a todos – a contratação pública, que serão publicadas em Atas do II Congresso.

Acordo de parceria com o COSSIL de São Tomé

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP e o Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações e Contratações Públicas de São Tomé-COSSIL, assinaram, no dia 18 de Novembro em Luanda, por ocasião do II Congresso Internacional de Compras Públicas, um protocolo de cooperação. O documento foi rubricado pela PCA da ARAP, Carla Soares de Sousa e pelo Coordenador do COSSIL, Abucas Nazaré.



O referido Protocolo tem por objeto o estabelecimento das bases em que assentam as relações de cooperação entre as duas Instituições, no interesse mútuo, tendo em conta o cumprimento das respetivas atribuições, e tem a duração de dois anos. Visa a realização de ações de interesse comum no âmbito da regulação da contratação pública,

Institucionalizar o Congresso de Compras Públicas

Após a realização de duas edições do congresso de compras públicas, o evento alargou as fronteiras nacionais e os promotores da iniciativa falam na institucionalização do evento a nível da CPLP. Em entrevista, a PCA da ARAP Carla Soares de Sousa mostra-se empenhada em obter o patrocínio a nível da CPLP para alcançar esse desiderato.



Carla Soares de Sousa-PCA da ARAP

O Congresso de Compras Públicas já é um evento internacional. Não só pela presença de convidados e palestrantes de diferentes latitudes, mas também pela sua realização. A II edição do Congresso de Compras Públicas veio sob o signo da internacionalização...o que mudou?

CSS: A realização do Congresso de Compras Públicas faz parte da estratégia de comunicação da ARAP para divulgação da matéria da contratação pública e permitir que reflexões e partilhas de experiências sejam feitas a esse nível, mas também dar a conhecer a ARAP e a sua missão no Sistema Nacional de Contratação Pública. A mudança

prende-se essencialmente com a sua organização fora de Cabo Verde, e com o alargamento do leque dos congressistas de outras nacionalidades, dando assim um cariz internacional ao evento.

Porque agora em Angola?

CSS: O propósito inicial era organizar um congresso bienal em Cabo Verde, mas no I Congresso houve manifestação de interesse dos países que participaram em levar a experiência do congresso aos respetivos países, nomeadamente a Angola. E esse interesse se materializou dois anos depois com a organização da II edição do Congresso.

Pretendem institucionalizar o evento a nível da Comunidade dos Países de língua Portuguesa-CPLP?

CSS: A internacionalização do evento reforça ainda mais o propósito de disseminação da matéria contratação pública. Por isso estabelecemos contatos com a CPLP no sentido de institucionalizar o evento a nível dos países integrantes da comunidade, tendo em conta fatores que nos une, designadamente a língua, para além do interesse e consenso de todos. Mas, independentemente disso, entendemos que a organização nos diferentes países, com o alto patrocínio da CPLP, reforça a importância que os contratos públicos têm para cada um de nós. Estamos a trabalhar junto com as instituições responsáveis pela contratação pública de cada país envolvido no sentido protagonizarem a organização do evento nos respeti-

Institucionalizar o Congresso de Compras Públicas

vos países. Apesar das realidades diferentes, temos objetivos e desafios comuns e ideias que são prioridades comuns, por exemplo a contratação eletrónica, profissionalização dos técnicos e a promoção de capacidades para os quadros que trabalham nessa matéria.

Qual vai ser o papel da ARAP no evento?

CSS: Porque a organização do Congresso enquadra-se na estratégia de comunicação da ARAP, independentemente do formato que vier a tomar, pretendemos continuar a cooperar, lá onde for necessário, e apoiar sempre que tivermos condições, a nível de organização, experiência e contatos, na realização do congresso ou qualquer evento relacionado com a matéria contratação pública.

A participação de palestrantes de Cabo Verde tem sido ainda muito tímida...

CSS: Pensamos despertar ainda mais o interesse da academia e daqueles que vão se especializando nessa matéria para partilharem o seu conhecimento, nomeadamente no âmbito do Congresso. No primeiro Congresso tivemos a parceria da Universidade de Cabo Verde e da Universidade do Minho, na perspectiva de contar com os seus docentes e investigadores, mas ainda temos algum caminho a fazer neste campo e esperamos que nos próximos eventos possamos contar com mais congressistas nacionais. Aliás, pensamos que as universidades devem assegurar e ser os protagonistas de tais eventos.

Qual o balanço até agora?

CSS: Faço um balanço muito positivo de todo o percurso, pelas experiências partilhadas pelos congressistas de diferentes países, pelas reflexões havidas e sobretudo pelo conhecimento adquirido. Houve várias abordagens e diferentes visões sobre a contratação pública que foram extremamente interessantes relativas aos princípios, à contratação eletrónica, às soluções legais encontradas em diferentes países, à resolução de conflitos por via eletrónica (online dispute resolution-ODR) e vários outros problemas comuns. O que nos fortalece em termos de conhecimento para o nosso próprio sistema.

O balanço é positivo também porque o evento deixa marcas, cria laços, estabelece dialógos, que se alimentados continuam a produzir frutos e a fortalecer o nosso conhecimento.

As Atas do Congresso, um dos grandes produtos do evento, constituem um registo das comunicações feitas pelos conferencistas que permite, de certa forma, eternizar o evento, e permite a continuidade das discussões e das reflexões e, ao mesmo tempo evidencia a evolução que vai ocorrendo nas leis e demais instrumentos.

Uma palavra de agradecimentos ao excelente trabalho que a Coordenadora e todos os elementos da Comissão Científica do evento vêm fazendo, no sentido de assegurar esse distintivo ao congresso de compras públicas. As atas do I congresso foram lançados em julho de 2015 em Cabo Verde, e teremos em meados de 2017, o lançamento das atas do II congresso que configura como um instrumento também de trabalho.

Projeto de reforço institucional da ARAP



No âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), foi financiado o Projeto de Apoio Institucional e para o Reforço das Competências Técnicas e Funcionais da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas que se enquadra na estratégia e nos objetivos traçados pelo Plano Estratégico e Operacional 2015-2019, e visa desenvolver, capacitar e qualificar a força de trabalho da ARAP, bem como dos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP), nomeadamente as entidades adjudicantes e os operadores económicos, tanto na fase de formação dos contratos públicos, como na de execução dos mesmos.

O projeto contempla várias atividades dos quais algumas já foram realizadas, nomeadamente, a materialização do apoio da ARAP na realização do II Congresso Internacional de Compras Públicas, em Luanda; a tradução do Código da Contratação Pública e do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos para a língua inglesa e francesa, que estão publicadas no site da ARAP e deverão contribuir para aumentar o conhecimento das regras e procedimentos nacionais e melhor compreensão a nível dos parceiros,

Recorde-se que o projeto, financiado no valor de vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e sessenta e oito escudos cabo-verdianos, (26.306.668\$00) contempla as atividades de sensibilização, formação, auditoria, elaboração e revisão de documentos técnicos, congressos, consultoria e aquisição de equipamentos, foi assinado em 2016 para execução em dezoito (18) meses.

O FED apoia ações nos países e territórios em desenvolvimento no sentido de promover o desenvolvimento económico, social e humano, bem como a cooperação regional e, é o principal instrumento da ajuda comunitária no âmbito da cooperação para o desenvolvimento dos Estados ACP

O FED apoia ações nos países e territórios em desenvolvimento no sentido de promover o desenvolvimento económico, social e humano, bem como a cooperação regional e, é o principal instrumento da ajuda comunitária no âmbito da cooperação para o desenvolvimento dos Estados ACP



A Equipa da ARAP
deseja a todos um
Feliz Ano Novo



Contratação Pública de Cabo Verde no Estudo do BM

Cabo Verde consta pela primeira vez no relatório comparativo de contratação pública do Banco Mundial. Documento que abrange 180 países com dados comparáveis sobre os respetivos sistemas de regulação dos contratos públicos. Os indicadores baseiam-se em dados primários recolhidos a partir de inquéritos aplicados a determinadas instituições, e referem-se aos dados coletados de 1 de março de 2016 a 1 de junho de 2016. O mesmo cobre duas temáticas importantes na contratação pública: o processo de aquisição (desde avaliação à execução do contrato) e os mecanismos de reclamação existentes.



O score é de 0 a 100, sendo que países cuja pontuação se aproxima dos 100 pontos são considerados como tendo um quadro regulatório que se alinha com as boas práticas internacionais. Do conjunto de indicadores avaliados quantitativamente, Cabo Verde tem a seguinte pontuação: Avaliação das necessidades, preparação e lançamento de concurso (65); Apresentação da proposta (69); Abertura das propostas, avaliação adjudicação (71); Gestão do contrato (47); Garantia (82); Pagamento a fornecedores (76). Da parte de Cabo Verde o estudo teve a colaboração da ARAP e outras entidades nacionais. O mesmo pode ser consultado no link www.arap.cv

Delegação do ARMDS do Mali visita ARAP



João Tavares, Administrador ARAP; Carla Soares de Sousa, PCA ARAP; Júlio Fortes, Administrador ARAP; Yero Diallo, Conselho Regulador ARMDS; Issa Diallo, Conselho Regulador ARMDS.

Uma delegação da Autoridade Reguladora para Contratos Públicos e Delegações de Serviço Público do Mali (ARMDS sigla em francês) esteve em Cabo Verde para conhecer a de experiência da ARAP enquanto entidade reguladora do Sistema Nacional da Contratação Pública, bem como a sua atuação na resolução de conflitos em matéria de contratação pública.

Na missão que decorreu de 12 a 16 de Dezembro de 2017, a equipa da ARMDS, reuniu-se com o Conselho de Administração e com a Comissão de Resolução de Conflitos, tendo-se mostrado satisfeita com as informações e documentações recolhidas no âmbito das

apresentações feitas na ARAP, levando algumas experiências para implementação na ARMDS, nomeadamente a nível de organização funcional da entidade reguladora.

O programa da missão incluiu ainda encontros com a Direção Geral de Património e da Contratação Pública, Controladores Financeiros, Tribunal de Contas, Unidade de Gestão de Aquisições e Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério das Infra-estruturas Ordenamento do Território e Habitação, visando propiciar o conhecimento sistémico, o seu funcionamento bem como as atribuições de cada um no sistema Nacional da Contratação Pública. A delegação do Mali ainda pôde visitar as instalações da ARAP, e interagido com os técnicos da ARAP.

Em imagens....



II Congreso Internacional de Compras Públicas



II Congreso Internacional de Compras Públicas



II Congreso Internacional de Compras Públicas



II Congreso Internacional de Compras Públicas

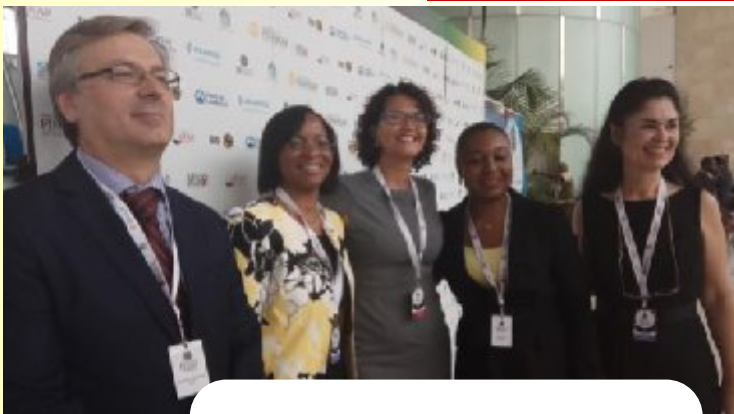


II Congreso Internacional de Compras Públicas



II Congreso Internacional de Compras Públicas

Em imagens....



II Congresso Internacional de Compras Públicas



II Congresso Internacional de Compras Públicas



II Congresso Internacional de Compras Públicas



II Congresso Internacional de Compras Públicas



II Congresso Internacional de Compras Públicas



II Congresso Internacional de Compras Públicas

ARAP publica Relatório Analítico da CRC



A ARAP publica o primeiro Relatório Analítico da Comissão de Resolução de Conflitos-CRC. Esse relato é referente ao período de 2011 a 2015 e refere-se aos casos de recursos interpostos e decorridos na vigência do Regime Jurídico das Aquisições Públicas, aprovado pela Lei nº 17/VII/2007 de 10 de Setembro, e do respetivo Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/2009 de 5 de Janeiro.

A análise feita aponta para um aumento significativo do número de recursos submetidos à apreciação da CRC durante esse período e em termos de performance mostra que 2014 foi o ano em que a o órgão de resolução de litígios teve a sua melhor prestação, com realce para o tempo médio de emissão de deliberações de 22 dias.

Pode-se constatar ainda que o número de entrada de recursos não é equivalente ao número das deliberações emitidas, evidenciando a fase liminar do processo, em que são apreciadas as questões prévias, como a tempestividade, a legitimidade das partes e a competência da CRC, que condiciona a aceitabilidade ou não do recurso e consequentemente à emissão de uma deliberação.

O relatório está publicado no Centro do Conhecimento no site da ARAP no espaço Estatística/Recursos Interpostos. Ou ainda em [https://issuu.com/infoarap/stacks/Resolucao de Conflitos](https://issuu.com/infoarap/stacks/Resolucao_de_Conflitos).

O relatório está publicado no Centro do Conhecimento no site da ARAP no espaço Estatística/Recursos Interpostos. Ou ainda em [https://issuu.com/infoarap/stacks/Resolucao de Conflitos](https://issuu.com/infoarap/stacks/Resolucao_de_Conflitos).

Curso e Seminário sobre Arbitragem em Direito Público

O Centro de Arbitragem Administrativa de Portugal-CAAD em parceria com a ARAP organizou o Curso e Seminário sobre Arbitragem em Direito Público que teve lugar nos dias 24 e 25 de Novembro na cidade da Praia.

As abordagens centraram-se em torno da Arbitragem Administrativa e Tributária enquanto meios alternativos de resolução de litígios, apontando que a legislação nacional sobre Arbitragem Tributária é semelhante à portuguesa.

Porém no que toca a Arbitragem Administrativa ainda não existe legislação em Cabo Verde.

Para além da ARAP, participaram nesta iniciativa a Câmara de Comércio Indústria e Serviços do Sotavento, Ordem dos Advogados de Cabo Verde, Fundação Direito e Justiça de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais e Instituto de Mediação e Arbitragem Internacional.



Capacitação fecha o ano 2016



A última ação de capacitação de 2016 decorreu de 21 de Novembro a 02 de Dezembro, e participaram dezenas de funcionários de instituições públicas que trabalham com a contratação pública

Esta ação enquadra-se na atribuição da ARAP de promover formação e proceder a acreditação dos integrantes das unidades de gestão

das aquisições, cujo objetivo é munir os formandos das entidades adjudicantes de conhecimentos e técnicas.

A ação de capacitação decorreu em dois módulos: fase de formação de contratos regulado no Código de Contratação Pública e a fase da execução dos contratos abrangido pelo Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, sendo ministrados respetivamente pelos consultores Cristina Leite e Mário Jorge Menezes.

Os que concluíram a formação já podem fazer parte das Unidades de Gestão de Aquisições-UGA nas suas respetivas instituições e que é uma imposição do próprio Código da Contratação Pública, após a devida acreditação pela entidade reguladora.





Feliz Natal e um Próspero Ano Novo
Joyeux Noël et une Bonne Année
Merry Christmas and a Happy New Year



Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas

Rua Neves Ferreira, n° 5
Cruzeiro (zona do ténis)- Plateau
Praia-Santiago
Cabo Verde
Tel: 260-04-07
Fax: 261-56-66

